Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	8
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

A Investimentos Bemge é uma subsidiaria integral do Itaú Unibanco Holding S.A, sendo parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução n° 3.464/07 e na Circular n° 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por essa razão, sua política de risco é integrada à política do Itaú Unibanco Holding, expressos em seu respectivo Formulário de Referência, item 5.1.

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Dessa forma, as políticas adotadas pelo Itaú Unibanco Holding, reportadas em seu Formulário de Referência, item 5.1 a), se aplicam a Investimentos Bemge.

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Desse modo, a Investimentos Bemge, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, tem os mesmos objetivos e estratégias de seu controlador, reportados no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.1 b).

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Itaú Unibanco Holding tem uma gestão de risco integrada, controles internos e compliance que são atribuídas para todas as empresas, unidades de negócios e administrativas do Grupo Itaú. Dessa forma, os controles internos para a verificação dessa efetividade são expressos no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.1 c).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios contidos em regulamentação CMN (Conselho Monetário Nacional), e aplicável a todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Grupo Itaú Unibanco, incluindo a Investimentos Bemge. E o Gerenciamento de Risco de Mercado é regido pelas políticas internas, aprovadas nos respectivos fóruns competentes, Comissão de Normativos de Riscos e Finanças (CNRF) e o Conselho de Administração (CA).

Mais informações sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado, consulte o Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.2 a).

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado da Investimentos Bemge são orientadas pelos objetivos e estratégias do Itaú Unibanco Holding, seu controlador, que estão expressas em seu Formulário de Referência, item 5.2 b).

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Itaú Unibanco Holding tem uma gestão de risco integrada, controles internos e compliance que são atribuídos para todas as empresas, unidades de negócios e administrativas do Grupo Itaú. Dessa forma, os controles internos para a verificação dessa efetividade são expressos no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.2 c).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração do Itaú Unibanco Holding, que controla a Investimentos Bemge, é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações financeiras é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da Companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da Companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para 31 de dezembro de 2019 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework (2013). A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2019, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas são efetivos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de gestão de risco operacional e controles internos do Itaú Unibanco Holding está alinhada às definições mantidas pelos órgãos internacionais *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) (2013) (COSO - *Enterprise Risk Management* (ERM) - *Integrated Framework*) e *Information Systems Audit and Control Association* (ISACA) (*Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT)). Também é aderente às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basileia e às determinações dos órgãos reguladores nacionais e internacionais bem como está alinhada à "Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos" como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e Controles Internos e assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, por meio de uma abordagem integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os principais componentes dessa estrutura são:

Conselho de Administração – CA:

- Aprovar as diretrizes, estratégias e políticas referentes ao risco operacional e controles internos, garantindo que haja claro entendimento dos papéis e responsabilidades para todos os níveis do conglomerado.

Comitê de Auditoria – CAUD:

- Supervisionar os processos de controles internos e de administração de risco.

Comissão Superior de Risco Operacional - CSRO:

- Conhecer os riscos dos processos e negócios do Itaú Unibanco, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados dos trabalhos realizados.

Comitê de Compliance e Risco Operacional - CCRO:

- Acompanhar e promover o desenvolvimento e implementação das diretrizes aprovadas e definidas pela CSRO em cada Área Executiva, discutir os principais riscos existentes e potenciais das Áreas de Negócio, bem como os planos de ação propostos para mitigação.

Comitê de Interno de Risco Operacional - CIRO:

- Discutir assuntos relativos a Riscos Operacionais e Controles Internos de cada Unidade de Negócio, que serão levados a uma alçada superior de decisão nos Comitês de Compliance e Risco Operacional - CCRO.

Chief Risk Officer (CRO):

- Responsável pela gestão de risco operacional na instituição.

Controles Internos e Risco Operacional:

Inserida na segunda linha de defesa, a estrutura é representada pelos superintendentes que atuam como Oficiais de Controles Internos e Riscos (OCIRs) e, em conjunto com suas equipes, são responsáveis por:

- Apoiar a primeira linha de defesa na observação de suas responsabilidades diretas.
- Desenvolver e disponibilizar as metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança necessárias para suportar o gerenciamento integrado de Risco Operacional e Controles Internos nas atividades do conglomerado e terceirizadas relevantes;
- Coordenar as atividades de Risco Operacional e Controles Internos junto às áreas de Negócio e Suporte, sendo independente no exercício de suas funções e possuindo comunicação direta com qualquer administrador ou colaborador, bem como acesso a quaisquer informações necessárias no âmbito de suas responsabilidades. Por esse motivo, é vedada a essa área realizar a gestão de qualquer negócio que possa comprometer a sua independência.

Áreas de Negócio/Suporte:

- Responsáveis primárias por identificar, priorizar, responder ao risco, monitorar e reportar os eventos de risco operacional que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos.

Auditoria Interna:

- Verificar, de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos, conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o intuito de assegurar que o processo de gestão de riscos seja divulgado e reportado à alta administração da instituição, juntamente com os respectivos status dos planos de ação, a organização conta com os Comitês relacionados no item b), conforme definido na Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências significativas de controles internos relacionados às demonstrações financeiras.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observadas deficiências significativas de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- 5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:
 - a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O programa de prevenção e combate a atos ilícitos do Itaú Unibanco Holding aplica-se a todas as suas controladas e coligadas. Desse modo, a Investimentos Bemge, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, segue as mesmas políticas, práticas explicitadas no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.4 a).

- b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

No Itaú Unibanco Holding, os canais de denúncias e seus procedimentos são aplicados e geridos de forma consolidada. Desse modo, a Investimentos Bemge, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, dispõe dos mesmos canais de denúncia da Holding, reportados no item 5.4 b) de seu Formulário de Referência.

 Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

As práticas referentes a fusão, aquisição e reestruturações societárias da Investimentos Bemge são provenientes de seu controlador, o Itaú Unibanco Holding, contidas em seu Formulário de Referência, item 5.4 c).

 d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Dessa forma, as alterações nos principais riscos da Investimentos Bemge, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, estão reportadas no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.5

- 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 Outras inf. relev. Gerenciamento de riscos e
 - 5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ITEM 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras da Investimentos Bemge S.A. estão em conformidade com o padrão contábil internacional - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS").

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Investimentos Bemge apresentou em 31 de dezembro de 2019 lucro líquido de R\$ 7.765 mil (R\$ 10.542 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 12.092 mil em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido de R\$ 227.717 mil (R\$ 220.026mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 209.584 mil em 31 de dezembro de 2017). O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,28 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4,46 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 5,12 em 31 de dezembro de 2017), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 96,33 (R\$ 93,08 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 88,66 em 31 de dezembro de 2017).

Os ativos totais atingiram R\$ 228.305 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 220.328 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 213.902 mil em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes no valor de R\$ 146.124 mil e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 77.238 mil. Em 31 de dezembro de 2018, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Resultado no valor de R\$ 142.275 mil (R\$ 134.685 mil em 31 de dezembro de 2017) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 72.889 mil (R\$ 75.029 mil em 31 de dezembro de 2017).

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital

O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2019 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 74 mil à razão de R\$ 0,03 por ação. Em 21 de dezembro de 2018 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 100 mil à razão de R\$ 0,04 por ação. Em 28 de dezembro de 2017 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 115 mil à razão de R\$ 0,05 por ação.

No Conglomerado Itaú Unibanco, os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Dessa forma, a Investimentos Bemge, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding, julga adequado o atual nível do índice de Basileia (15,8%, 18,0% e 18,8% com base no Consolidado Prudencial, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017) no conglomerado econômico-financeiro.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Investimentos Bemge conta com operações de compra com compromisso de revenda (operações compromissadas) de ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nessa categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas

de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 o capital próprio foi a fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Além disso, nesses períodos, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019, a Investimentos Bemge não contava com deficiências de liquidez. Na hipótese da necessidade de liquidez, a companhia poderá recorrer a instrumentos já utilizados, porém não se limitando somente a eles, para adequação de sua liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não houve.

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Investimentos Bemge não dispunha em seu Passivo nenhuma operação de longo prazo com instituições financeiras. No entanto, buscamos sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

2019 x 2018 x 2017

As tabelas seguintes apresentam os valores relativos às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Corporativo | Interno

PÁGINA: 10 de 23

INVESTIMENTOS BEMGE S.A. Balanço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2019	2019×2018	
Circulante	2.088	3.450	(39,5%)
Disponibilidades	2	2	
Ativos Financeiros	2.048	2.549	(19,7%)
Ao Custo Amortizado - Outros Ativos Financeiros	1.814	2.315	(21,6%)
Ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários	234	234	
Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	37	898	(95,9%)
Outros Ativos	1	1	
Não Circulante	226.217	216.878	4,3%
Ativos Financeiros	225.855	216.878	4,1%
Ao Custo Amortizado	225.855	216.878	4,1%
Aplicações no Mercado Aberto	77.238	72.889	6,0%
Títulos e Valores Mobiliários	146.124	142.275	2,7%
Outros Ativos Financeiros	2.493	1.714	45,4%
Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	362		
Total do Ativo	228.305	220.328	3,6%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	202	222	(9,0%)
Obrigações Fiscais - Outras	38	48	(20,8%)
Outros Passivos	164	174	(5,7%)
Não Circulante	386	80	382,5%
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	386	80	382,5%
Total do Passivo	588	302	94,7%
Capital Social	123.144	123.144	
Reservas Integralizadas	104.391	96.700	8,0%
Reservas a Integralizar	182	182	
Total de Patrimônio Líquido	227.717	220.026	3,5%
Total do Passivo e Património Líquido	228.305	220.328	3,6%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

INVESTIMENTOS BEMGE S.A. Balanço Patrimonial (Em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	2018 × 2017
Circulante	3.450	135.548	(97,5%)
Disponibilidades	2	12	(83,3%)
Ao Custo Amortizado	2.315	616	275,8%
Aplicações no Mercado Aberto		4	
Outros Ativos Financeiros	2.315	612	278,3%
Alivos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado		134.685	
Alivos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	898		
Bens Destinados à Venda	1	1	0,0%
Outros Ativos	234	234	0.0%
Não Circulante	216.878	78.354	176,8%
Ao Custo Amortizado	74.603	78.346	(4,8%)
Aplicações no Mercado Aberto	72.889	75.025	(2,8%)
Outros Ativos Financeiros	1.714	3.321	(48,4%)
Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	142.275	8	
Total do Ativo	220.328	213.902	3.0%
Passivo e Patrimônio Líquido		4.077	72.400
Circulante	222	1.077	(79,4%)
Provisões	٠	2	
Obrigações Fiscais	48	911	(94,7%)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	•	858	
Outras	48	53	(9,4%)
Outros Passivos	174	164	6,1%
Não Circulante	80	3.241	(97,5%)
Provisões	-	2.344	-
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	80	897	(91,1%)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	80	897	(91,1%)
Total do Passivo	302	4.318	(93,0%)
Capital Social	123.144	123.144	0,0%
Reservas Integralizadas	96.700	86.258	12,1%
Reservas a Integralizar	182	182	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	220.026	209.584	5,0%
Total do Passiov e Patrimônio Líquido	220.328	213.902	3.0%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2019, lucro líquido de R\$ 7.765 mil, o que representou uma redução de 26,3% em relação ao ano de 2018. Mais informações sobre os resultados dos anos de 2019, 2018 e 2017 estão descritas no item 10.2 deste relatório.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$ 227.717 mil (R\$ 220.026 mil no ano de 2018 e R\$ 209.584 mil no ano de 2017).

Os ativos totais atingiram R\$ 228.305 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 220.328 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 213.902 mil em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes no valor de R\$ 146.124 mil e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 77.238 mil. Em 31 de dezembro de 2018, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Resultado no valor de R\$ 142.275 mil (R\$ 134.685 mil em 31 de dezembro de 2017) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 72.889 mil (R\$ 75.025 mil em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2019 os outros ativos financeiros totalizavam o montante de R\$ 4.307 mil (R\$ 4.029 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 3.933mil em 31 de dezembro de 2017).

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o controlador Itaú Unibanco S.A, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2019, destacaram-se as

Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias, no valor de R\$ 77.238 mil (R\$ 72.889 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 75.025 mil em 31 de dezembro de 2017).

Os administradores da Investimentos Bemge também integram os órgãos de administração de seu controlador indireto, Itaú Unibanco Holding, ou de empresas controladas por ele. Por essa razão, referidos administradores são remunerados apenas pelas funções que exercem em tais empresas e não receberam, nos exercícios de 2019, 2018 e 2017, remuneração específica pelo fato de participarem de órgãos de administração da companhia.

Corporativo | Interno

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

- a) Resultados das operações do emissor, em especial:
 - I Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e
 - II Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

INVESTIMENTOS BEMGE S.A. Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	2019 x 2018	2018 × 2017
Receitas de Juros e Rendimentos	13.014	8.677	19.772	50,0%	(56,1%)
Outras Receitas	33	4.399	-	(99,2%)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(394)	(490)	(630)	(19,6%)	(22,2%)
Despesas Tributárias	(640)	(659)	(959)	(2,9%)	(31,3%)
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	12.013	11.927	18.183	0,7%	(34,4%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.941)	(2.202)	(6.071)	79,0%	(63,7%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(307)	817	(20)	(137,6%)	-
Lucro Líquido	7.765	10.542	12.092	(26,3%)	(12,8%)
N° de ações	2.363.936	2.363.936	2.363.936	0,0%	0,0%
Lucro por Ação - R\$	3,28	4,46	5,12	(26,3%)	(12,8%)
Valor Patrimonial por Ação - R\$	96,33	93,08	88,66	3,5%	5,0%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

2019 x 2018

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2019 resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 12.013 mil (R\$ 11.927 mil no ano de 2018) e lucro líquido de R\$ 7.765 mil (R\$ 10.542 mil no ano de 2018). O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,28 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4,46 em 31 de dezembro de 2018), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 96,33 (R\$ 93,08 em 31 de dezembro de 2018).

As receitas referem-se basicamente à remuneração das aplicações financeiras, que reduziram de R\$ 13.076 mil no ano de 2018 para R\$ 13.047 mil no ano de 2019. Essa redução foi devido principalmente à diminuição na taxa SELIC ao longo de 2019.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 394 mil no ano de 2019 (R\$ 490 mil no ano de 2018) e estão compostas, principalmente, de serviços do sistema financeiro, serviços de terceiros e contribuições e doações.

2018 x 2017

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2018 resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 11.927 mil (R\$ 18.183 mil no ano de 2017) e lucro líquido de R\$ 10.542 mil (R\$ 12.092 mil no ano de 2017). O lucro líquido por ação foi de R\$ 4,46 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5,12 em 31 de dezembro de 2017), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 93,08 (R\$ 88,66 em 31 de dezembro de 2017).

As receitas referem-se basicamente à remuneração das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 13.076 mil no ano de 2018 (R\$ 19.772 mil no ano de 2017).

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 490 mil no ano de 2018 (R\$ 630 mil no ano de 2017) e estão compostas, principalmente, de serviços do sistema financeiro, serviços de terceiros e contribuições e doações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e
- c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Não houve variações significativas no resultado nos anos de 2019, 2018 e 2017. Destacamos que as principais variações no resultado foram explicadas no item 10.2a deste documento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- 10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
- a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve.

PÁGINA: 16 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2019 não houve alterações significativas nas políticas contábeis.

Em 2018, foi adotado o CPC 48 – Instrumentos Financeiros em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

As mudanças identificadas em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação e mensuração. Aplicamos retrospectivamente os critérios do CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017.

Consulte nossas demonstrações financeiras, Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas para mais informações sobre as políticas alteradas.

Em 2017 não houve alterações significativas nas políticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2019, não houve efeitos decorrentes de alterações em políticas contábeis.

Em 2018, a transição para o CPC 48 não acarretou efeitos em nosso patrimônio líquido e resultado.

Em 2017 não houve efeitos decorrentes de alterações em políticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalva nem ênfase nos relatórios do auditor para os anos de 2019, 2018 e 2017.

Corporativo | Interno

PÁGINA: 17 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais práticas contábeis estão descritas na Nota 2 de nossas demonstrações contábeis para as datas-base de 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017. A preparação das demonstrações contábeis envolve certas estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Apesar de revisarmos continuamente essas estimativas e premissas no curso normal de nossos negócios, a apresentação da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações frequentemente exige que façamos julgamentos em assuntos que são inerentemente incertos. Os pontos abaixo descrevem as áreas que exigem a maioria dos julgamentos ou que envolvem um alto grau de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam atualmente a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro para sua utilização, conforme descrito na Nota 2.3a de nossas demonstrações contábeis.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Classificamos as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 3 de nossas demonstrações financeiras. Acreditamos que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos. As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 3 de nossas demonstrações contábeis.

Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros

Corporativo | Interno

PÁGINA: 18 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado, sendo periodicamente revisadas.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões, conforme descrito na Nota 2.3b de nossas demonstrações contábeis.

Corporativo | Interno

PÁGINA: 19 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- I Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- II Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- III Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- IV Contratos de construção não terminada
- V Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em relação ao subitem "a-II" não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades. Quanto aos demais subitens não constam na instituição.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:
- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- 10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
- a) Investimentos, incluindo:
- I Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
- II Fontes de financiamento dos investimentos
- III Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois não há atividades operacionais.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, pois não há atividades operacionais.

- c) Novos produtos e serviços, indicando:
- I Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- II Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- III Projetos em desenvolvimento já divulgados
- IV Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há atividades operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já foram comentados nos demais itens desta seção.